

Pública, nas áreas da fiscalização sucessiva, contabilidade, auditoria, prestação de contas e controlo interno.

Nota curricular de Carlos Manuel Maurício Bedo

1 — Auditor-Coordenador do DAT (Departamento de Apoio Técnico-Operativo) da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas, na vigência do Plano Trienal 2002/2004.

2 — Auditor-Coordenador do DAT (Departamento de Apoio Técnico-Operativo) da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas, em regime de substituição de 15 de Junho de 2000 a 31 de Dezembro de 2001.

3 — Auditor do corpo especial de fiscalização e controlo do quadro de pessoal do Tribunal de Contas (Secção Regional dos Açores).

4 — Assessor da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas — por inerência de funções, conforme o n.º 1 do artigo 105.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.

5 — Vogal efectivo do Conselho Administrativo da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas e do seu Cofre Privativo, desde 25 de Julho de 2000.

6 — Director Regional de Estudos e Planeamento dos Açores (DREPA), da Administração Regional Autónoma dos Açores (22 de Fevereiro de 1983 a 30 de Novembro de 1996).

7 — Responsável, a nível dos Açores, pelas ligações com a União Europeia, nas questões do desenvolvimento regional e gestor dos Programas Operacionais da RAA, assim como seu representante nos QCA I e II (até finais de 1996).

8 — Director Regional da Segurança Social dos Açores, Secretaria Regional dos Assuntos Sociais (21 de Maio de 1981 a 21 de Fevereiro de 1983).

9 — Vogal da Comissão Regional dos Açores, para a preparação da Integração Europeia (1982 a 1986).

10 — Adjunto do Coordenador do Gabinete de Apoio à Reconstrução, na sequência do sismo que afectou as ilhas Terceira, São Jorge e Graciosa (1 de Novembro de 1980 a 20 de Maio de 1981).

11 — Adjunto, para a Área do Planeamento, do Governo Regional dos Açores (22 de Outubro de 1979 a 31 de Outubro de 1980).

12 — Licenciatura em Finanças, em 1975 (ISCEF). Pós-Graduação — Programa Avançado de Gestão para Executivos —, Universidade Católica Portuguesa (22 Março a 14 Dezembro de 1996 — 225 horas).

Nota curricular de Ana Mafalda Nobre dos Reis Morbey Affonso

1 — Auditora-chefe e recentemente Auditora-Coordenadora na Secção Regional da Madeira do Tribunal de Contas, desde Julho de 2000 até à presente data.

2 — Auditora do quadro de pessoal do Serviço de Apoio da Secção Regional da Madeira do Tribunal de Contas, desde 1 de Dezembro de 1999.

3 — Licenciada em Gestão e Administração Pública pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, em 1988, com média final de 13 valores.

4 — Iniciou funções na Secção Regional da Madeira do Tribunal de Contas, em Abril de 1990, como técnica superior de 2.ª classe, tendo sido afectada à área da fiscalização sucessiva.

5 — Contadora-chefe de Fevereiro de 1993 até Julho de 2000, sendo responsável pela fiscalização concomitante e sucessiva a serviços e fundos autónomos da administração central, regional e autárquica.

6 — Monitora de acções de formação no âmbito das finanças públicas e do direito financeiro.

7 — Membro do conselho administrativo da Secção Regional da Madeira do Tribunal de Contas, entre Janeiro de 1996 e Setembro de 2000.

Aviso (extracto) n.º 407/2008

Pelo Despacho n.º 41/07-GP, de 20 de Dezembro, do Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas — Nos termos do artigo 74.º, n.º 1, alínea m), da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, dos artigos. 11.º e 13.º, do Decreto-Lei n.º 440/99, de 2 de Novembro, do artigo 18.º do Regulamento aprovado pelo Despacho n.º 46/00-GP, de 27 de Abril (com as alterações posteriormente introduzidas) e do artigo 10.º do Regulamento aprovado pelo Despacho n.º 56/00-GP, de 7 de Junho, nomeados auditores-chefes, em comissão de serviço, por três anos, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2008:

Sede:

Assessora Principal Maria da Conceição Albuquerque Cardoso Reis Ventura, auditora-chefe do Departamento de Consultadoria e Planeamento;

Auditora Maria Odete Conceição Cardoso Nunes Pereira, auditora-chefe do Departamento de Controlo Prévio;

Técnica Verificadora Superior Principal Helena Teresa Ferreira da Cruz Fernandes, auditora-chefe do Departamento de Controlo Prévio;

Técnica Verificadora Superior Principal Helena Cristina Silveira dos Santos, auditora-chefe do Departamento de Controlo Concomitante;

Auditor Francisco Manuel Pina de Bianchi Moledo, auditor-chefe do Departamento de Auditoria I;

Auditor António Manuel Marques Marta, auditor-chefe do Departamento de Auditoria I;

Auditor José Manuel Lopes da Costa, auditor-chefe do Departamento de Auditoria II;

Auditor Luís Filipe Vieira Simões, auditor-chefe do Departamento de Auditoria II;

Técnico Verificador Superior Principal António Manuel Marques do Rosário, auditor-chefe do Departamento de Auditoria III;

Auditor Nuno Gil Zibaia da Conceição, auditor-chefe do Departamento de Auditoria III;

Técnico Verificador Superior de 1.ª classe António José Botelho de Sousa, auditor-chefe do Departamento de Auditoria IV;

Inspectora de Finanças Principal Ana Luísa Vieira Duarte Fraga, auditora-chefe do Departamento de Auditoria V;

Auditora Maria Isabel Duarte Leal Viegas, auditora-chefe do Departamento de Auditoria VI;

Auditor José António Palma e Santos Alves Carpinteiro, auditor-chefe do Departamento de Auditoria VI.

Técnica Verificadora Superior Principal Maria Luísa Rato Bispo, auditora-chefe do Departamento de Auditoria VII;

Inspectora de Finanças Principal Maria José Sobral Pinto de Sousa, auditora-chefe do Departamento de Auditoria VIII;

Assessora Principal Maria João Paula Lourenço, auditora-chefe do Departamento de Auditoria VIII;

Técnico Verificador Superior Principal António Manuel Santa Rosa Campos Garcia, auditor-chefe do Departamento de Auditoria IX;

Técnico Verificador Superior Principal Rui Manuel Fernandes Rodrigues, auditor-chefe do Departamento de Verificação Interna de Contas;

Auditora Isabel Maria de Fátima Relvas Cacheira, Auditora-Chefe do Departamento de Verificação Interna de Contas.

Serviço de Apoio Regional dos Açores:

Auditor João José Branco Cordeiro de Medeiros, auditor-chefe do Departamento de Apoio Técnico do Serviço de Apoio Regional dos Açores;

Auditor Jaime Manuel Gamboa de Melo Cabral, auditor-chefe do Departamento de Apoio Técnico do Serviço de Apoio Regional dos Açores;

Auditor António Afonso Pereira de Sousa Arruda, auditor-chefe do Departamento de Apoio Técnico do Serviço de Apoio Regional dos Açores.

Serviço de Apoio Regional da Madeira:

Auditor Fernando Maria Morais Fraga, auditor-chefe do Departamento de Apoio Técnico do Serviço de Apoio Regional da Madeira;

Auditor Alberto Miguel Faria Pestana, auditor-chefe do Departamento de Apoio Técnico do Serviço de Apoio Regional da Madeira;

Auditora Maria Susana Ferreira da Silva, auditora-chefe do Departamento de Apoio Técnico do Serviço de Apoio Regional da Madeira.

Em anexo — Notas curriculares dos nomeados.

20 de Dezembro de 2007. — O Director-Geral, *José F. F. Tavares*.

Nota curricular de Maria da Conceição Albuquerque Cardoso Reis Ventura

1 — Licenciatura em Direito pela Universidade Católica Portuguesa (1982); Pós-graduação em Administração Pública pelo Instituto Nacional de Administração.

2 — Assessora principal do quadro da Direcção-Geral do Tribunal de Contas.

3 — Assessora Principal, afecta ao Departamento de Consultoria e Planeamento, na Direcção-Geral do Tribunal de Contas, desde Julho de 2006.

4 — Subdirectora-Geral da Direcção-Geral da Administração Pública, de Setembro de 2005 a Julho de 2006.

5 — Inspectora na Inspecção Geral dos Serviços de Justiça, de Julho de 2004 a Setembro de 2005.

6 — Vice-Presidente do Instituto Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial de Maio de 2003 a Julho de 2004.

7 — Secretária-Geral do Ministério da Economia.

8 — Adjunta em Gabinetes Ministeriais.

9 — Chefe do Serviço de Património e Aprovisionamento do Instituto Nacional de Intervenção e Garantia Agrícola (INGA). De 1 de Abril de 1998 a 31 de Outubro de 1999

10 — Técnica superior sucessivamente na Secretaria-Geral do ex-MIE e na Direcção-Geral da Administração Pública entre 1 de Dezembro de 1996 e 12 de Fevereiro de 1997.

11 — Secretária-Geral-Adjunta do Ministério da Indústria e Energia.

12 — Directora dos Serviços de Pessoal e Estruturas da Secretaria-Geral do ex-MIE.

13 — Chefe de Divisão para a área dos recursos humanos, em comissão de serviço, de 25 de Maio de 1990 a 1 de Março de 1991.

Nota curricular de Maria Odete Conceição Cardoso Nunes Pereira

1 — Licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa em 1976.

2 — Ingressou na Administração Pública, em 1973, na Obra Social do Ministério da Educação, tendo desempenhado funções de apoio à direcção, instalação e desenvolvimento das actividades do serviço, no período de 1973 a 1978.

3 — Desempenhou funções de assessoria jurídica nas Secretarias-Gerais do Ministério da Educação e do MOPTC, nos períodos de 1988 a 1990 e de 1995 a 1997.

4 — Exerceu o cargo de vice-presidente do Instituto da Cooperação Portuguesa, com funções nas áreas financeiras, patrimonial e recursos humanos, no período de Dezembro de 1997 a Setembro de 2001.

5 — Desempenhou, entre 1978 e 1981, funções técnicas no Gabinete Pessoal do Presidente da República e, entre 1990 e 1995, funções de adjunta da Secretária de Estado do Orçamento e da Ministra da Educação.

6 — Nomeada auditoria na Direcção-Geral do Tribunal de Contas, em 1 de Outubro de 2001, na sequência de concurso externo.

7 — Actualmente, vinha desempenhando as funções de auditora-chefe no Departamento de Controlo Prévio.

Nota curricular de Helena Teresa Ferreira da Cruz Fernandes

1 — Licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (1989), com pós-graduação em Estudos Europeus (vertente jurídica) pelo Instituto Europeu da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (1992).

2 — Exerceu advocacia nas áreas de Direito Administrativo e do Direito do Trabalho (1991-1992) e prestou apoio jurídico ao Gabinete do Ministro do Comércio e Turismo (1991-1992).

3 — Ingressou na DGTC e exerceu funções no Núcleo de Contas — B (1992-1993).

4 — Ingressou no Departamento de Estudos e Planeamento do Ministério do Emprego e da Segurança Social e exerceu funções na Direcção de Serviços de Relações e Condições de Trabalho (1993-1996).

5 — Exerceu funções na DGTC, no Núcleo Técnico de Contas, e no Departamento de Auditoria III — PIDDAC e Fundos Comunitários e no Departamento de Auditoria VI — Finanças e Saúde.

6 — Auditora-Chefe do Departamento de Controlo Concomitante desde Maio de 2003.

Nota curricular de Helena Cristina Silveira dos Santos

1 — Licenciatura em Direito na opção de Ciências Jurídicas, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, concluída em 25 de Junho de 1988.

2 — Frequência de diversas acções de formação, seminários e conferências nas áreas do direito administrativo, financeiro, auditoria, contabilidade e informática.

3 — Exercício de advocacia nas áreas do Direito Civil, do Trabalho e Penal (1990-1992).

4 — Prestação de serviço docente no ensino secundário (1991-1992).

5 — Início de funções na Direcção-Geral do Tribunal de Contas em Setembro de 1992, e ingresso na carreira técnica superior do respectivo quadro de pessoal em 31 de Maio de 1996. Em Dezembro de 1999 transitou para o corpo especial de fiscalização e controlo e, actualmente, detém a categoria de técnica verificadora superior principal.

6 — Tem desempenhado as suas funções nas áreas da fiscalização prévia e concomitante e colaborou em algumas auditorias realizadas na área da fiscalização sucessiva.

7 — Auditora-Chefe na DGTC

8 — Monitora de acções de formação sobre a fiscalização prévia e concomitante exercida pelo Tribunal de Contas.

Nota Curricular de Francisco Manuel Pina de Bianchi Moledo

1 — Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 1981.

2 — De Fevereiro de 1984 a Setembro de 1987 integrou, como inspector de finanças, o quadro da Inspeção-Geral de Finanças.

3 — Ingressou no quadro da Direcção-Geral do Tribunal de Contas, como técnico superior, em Outubro de 1987

4 — De Outubro de 1989 a Março de 1991 desempenhou o cargo de contador-chefe.

5 — Entre Março de 1991 e Outubro de 1995 exerceu, em comissão de serviço, as funções de adjunto do gabinete da Secretária de Estado do Orçamento e da Ministra da Educação;

6 — Em Outubro de 1995 reiniciou funções na Direcção-Geral do Tribunal de Contas, ficando afecto à preparação do Parecer sobre a Conta Geral do Estado.

7 — Em Novembro de 1999 transitou para a carreira de auditor.

8 — Em Janeiro de 2002 iniciou funções, em comissão de serviço, como auditor-chefe, no Departamento de Auditoria I.

Nota curricular de António Manuel Marques Marta

1 — Exerce, desde Julho de 2000, funções de auditor-chefe.

2 — Auditor do quadro de pessoal da Direcção-Geral do Tribunal de Contas.

3 — Licenciado em Economia pelo Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa, em 1978, com a classificação final de 15 valores.

4 — Ingressou na Direcção-Geral do Tribunal de Contas em Setembro de 1990, tendo exercido funções como técnico superior na área da fiscalização sucessiva, até Dezembro de 1998.

5 — Exerceu, entre Janeiro de 1999 e Julho de 2000, funções de coordenador-adjunto.

6 — Monitor de acções de formação no Tribunal de Contas de Moçambique e no Tribunal de Contas de Angola.

7 — Em 1989 e até Setembro de 1990, foi responsável pelo Departamento de Formação de uma empresa privada.

8 — Foi professor no Instituto Médio de Economia do Lubango, de 1979 a 1982, e na Faculdade de Economia da Universidade de Angola, entre 1983 e 1988.

Nota curricular de José Manuel Lopes da Costa

1 — Desde 17 de Julho de 2000 até à presente data, exerce funções dirigentes na qualidade de Auditor Chefe da Unidade de Apoio Técnico 2 do Departamento de Auditoria II, da Direcção-Geral do Tribunal de Contas.

2 — De Janeiro de 1999 até Julho de 2000, exerceu funções dirigentes na qualidade de Coordenador Adjunto do Sector de Auditoria II, da Direcção-Geral do Tribunal de Contas.

3 — No exercício das funções dirigentes referidas nos pontos anteriores, tem sido responsável pela Unidade Operativa afectada ao Parecer sobre a Conta Geral do Estado no que refere à execução orçamental da Receita do Estado por Tributação Indirecta (Imposto sobre o Valor Acrescentado e Impostos Especiais sobre o Consumo) e à movimentação na Tesouraria do Estado, coordenando as equipas que nesse âmbito vêm realizando auditorias aos sistemas de contabilização e controlo das Direcções-Gerais das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo, dos Impostos, e do Orçamento.

4 — Auditor do Corpo Especial de Fiscalização e Controlo da Direcção-Geral do Tribunal de Contas, desde 15/09/1999.

5 — Licenciado em Economia, no ano de 1989, pelo Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa.

6 — Técnico Oficial de Contas, desde 1978. Entre 1975 e 1990 foi responsável pelos serviços de contabilidade e fiscalidade de uma entidade privada do ramo da comercial.

7 — Técnico Superior da Direcção-Geral do Tribunal de Contas entre 1990 e 1999, tendo ao longo deste período desenvolvido acções de fiscalização e controlo no âmbito do Parecer sobre a Conta Geral do Estado, relativamente à Receita do Orçamento do Estado e a Operações da Tesouraria do Estado. Neste período elaborou ainda o projecto de instruções para organização das contas dos tesoureiros da alfândegas e desenvolveu aplicações informáticas deste âmbito.

Nota curricular de Luís Filipe Vieira Simões

1 — Exerce, desde 17 de Julho de 2000, funções dirigentes na Direcção-Geral do Tribunal de Contas como Auditor Chefe da Unidade de Apoio Técnico I do Departamento de Auditoria II.

2 — Exerceu, desde Janeiro de 1999 até Julho de 2000, funções dirigentes na Direcção-Geral do Tribunal de Contas como Coordenador Adjunto do Departamento de Auditoria II.

3 — Responsável, no exercício das funções dirigentes referidas nos pontos 1 e 2, pela unidade operativa afectada ao Parecer sobre a Conta Geral do Estado, no âmbito da execução do Orçamento da Receita do Estado por tributação directa (impostos sobre o rendimento) e da actividade financeira na Tesouraria do Estado, coordenando as equipas que, nessas áreas, vêm realizando auditorias aos sistemas de contabilização e controlo das Direcções-Gerais dos Impostos, do Tesouro e do Orçamento.

4 — Auditor do Corpo Especial de Fiscalização e Controlo da Direcção-Geral do Tribunal de Contas, desde 15 de Setembro de 1999.

5 — Técnico Superior da Direcção-Geral do Tribunal de Contas desde 17 de Setembro de 1990 até 15 de Setembro de 1999.

6 — No exercício das funções técnicas referidas nos pontos 4 e 5, desenvolveu acções de fiscalização e controlo no âmbito da Receita do Estado e de Operações de Tesouraria, para efeito do Parecer sobre a Conta Geral do Estado, e elaborou projectos de reformulação das instruções relativas à organização e documentação das contas dos responsáveis pelas Tesourarias da Fazenda Pública.

7 — Formador sobre as instruções referidas no ponto 6 e nas áreas do Parecer sobre a Conta Geral do Estado referidas nos pontos 3 e 6, incluindo formação ministrada no Tribunal de Contas de Angola.

8 — Licenciado em Economia, no ano de 1988, pela Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa.

9 — Responsável, entre 1984 e 1986, pela implementação e supervisão dos serviços de contabilidade, fiscalidade e pessoal de uma entidade privada do ramo da reparação automóvel, tendo ainda desempenhado, de Fevereiro de 1986 até Setembro de 1990, funções de Adjunto do Chefe de Contabilidade da Direcção de Serviço de Material do Estado Maior do Exército.

Nota curricular de António Manuel Marques do Rosário

1 — Técnico Verificador Superior Principal do quadro de pessoal da Direcção-Geral do Tribunal de Contas.

2 — Licenciado em Direito pela Universidade Lusitana, em 1989.

3 — Professor do ensino secundário oficial, nos anos lectivos de 1990 a 1993.

4 — Exerceu advocacia nas áreas do Direito Civil, do Direito Criminal e do Direito Comercial de 1991 a 1993.

5 — Iniciou funções na Direcção-Geral do Tribunal de Contas em 1993, tendo exercido funções técnicas no Núcleo Técnico de Contas/Núcleo de Apoio Técnico da CGC-B (1993/1999) e no Departamento de Auditoria III — UAT.1 (1999/2004).

6 — Auditor-Chefe da DGTC.

7 — Participação em diversos grupos de trabalho e na equipa de projecto da auditoria ao Euro 2004.

8 — Monitor de acções de formação e participação em seminários na área da fiscalização sucessiva.

Nota curricular de Nuno Gil Zibaia da Conceição

1 — Auditor do quadro de pessoal da Direcção-Geral do Tribunal de Contas, desde 1 de Dezembro de 1999.

2 — Licenciado em Engenharia Civil, pelo Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa, no ano lectivo de 1976/77.

3 — Técnico e técnico superior, a partir de 1978, nas Direcções-Gerais de Coordenação das Empresas de Construção Civil (1976-1984) e do Património do Estado (1984-1985).

4 — Chefe de Gabinete Adjunto do Juiz português do Tribunal de Contas Europeu, no Luxemburgo, entre 1986 e 1994, responsável pela coordenação entre o Gabinete e o Sector de Auditoria e consultor técnico no domínio das metodologias de controlo do TCE.

5 — Assessor na Inspeção-Geral de Finanças, entre 1994 e 1995.

6 — Assessor e Assessor principal do quadro de pessoal da Direcção-Geral do Tribunal de Contas, desde 1 de Setembro de 1995.

7 — Coordenador-adjunto, desde Novembro de 1997 e Auditor-chefe, desde Julho de 2000, da unidade orgânica incumbida de executar as acções de cooperação com o Tribunal de Contas Europeu, no âmbito da fiscalização da aplicação em Portugal dos recursos financeiros oriundos da União Europeia.

8 — Membro de diversos grupos de trabalho e comissões técnicas, quer nacionais, quer comunitários, no âmbito das atribuições de todas as instituições em que exerceu funções.

9 — Formador em diversos seminários, conferências e outras acções de formação, em áreas relacionadas com finanças públicas, auditoria e temáticas comunitárias.

Nota curricular de António José Botelho de Sousa

1 — Auditor-Chefe, em comissão de Serviço, desde 17 de Julho de 2000 no Departamento de Auditoria IV da Direcção-Geral do Tribunal de Contas.

2 — Técnico verificador superior do quadro de pessoal da Direcção-Geral do Tribunal de Contas, desde de 1 Dezembro de 1999.

3 — Licenciado em Auditoria Contabilística pelo Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa em 1995.

4 — Desde Janeiro de 1999 até 16 de Julho de 2000 exerceu funções de Coordenador-Adjunto da Unidade de Apoio Técnico IV.2, responsável pelas acções de fiscalização dos organismos integrados nas Funções Económicas.

5 — Funcionário da Direcção-Geral do Tribunal de Contas, desde 1988 exercendo funções técnicas na área da fiscalização sucessiva nos sectores da educação, da economia, da agricultura e pescas, das obras públicas, transportes e comunicações e do ambiente e ordenamento do território.

Nota curricular de Ana Luísa Vieira Duarte Fraga

1 — Licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, na vertente jurídico-económicas, em 1990.

2 — Em Setembro de 1992 ingressou no quadro da Inspeção-Geral de Finanças, possuindo actualmente a categoria de Inspectora de Finanças Principal.

3 — Jurista do Departamento de Contencioso da Gás de Portugal

4 — Assessora em Gabinetes Ministeriais.

5 — Adjunta do Presidente do Tribunal de Contas, prestando apoio, essencialmente, nas áreas da fiscalização sucessiva e concomitante.

6 — Auditora-Chefe da DGTC.

7 — Formadora Certificada pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional, tendo ministrado formação na área do direito público (Procedimento Administrativo, Regime das Despesas Públicas) e na do direito privado (Direito das Empresas). Foi docente de Direito das Empresas e de Direito Administrativo no Instituto de Estudos Superiores de Contabilidade.

Nota Curricular de Maria Isabel Duarte Leal Viegas

1 — Auditora-Chefe do Departamento de Auditoria VI-Finanças e Saúde desde 17 de Julho de 2000.

2 — Auditora do quadro de pessoal da Direcção-Geral do Tribunal de Contas, desde 1 de Dezembro de 1999.

3 — Licenciada em Organização e Gestão de Empresas pelo Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa, em 1981.

4 — Exerceu funções técnicas superiores no Instituto do Comércio Externo de Portugal de 1981 a 1987.

5 — Integrada, desde Outubro de 1987, na Direcção-Geral do Tribunal de Contas, com o desempenho de funções no domínio do controlo sucessivo, através da realização de auditorias financeiras e de gestão, a entidades do Ministério da Saúde, a programas e projectos de investimento integrados no PIDDAC e a projecto co-financiado pelo FSE.

7 — Coordenação da 1.ª e da 2.ª fase da auditoria de gestão do SNS, solicitada ao Tribunal de Contas pelo despacho conjunto dos Ministros das Finanças e da Saúde de 4 de Dezembro de 1995.

8 — Assessora e coordenadora-adjunta do Sector de Auditoria VI-Finanças e Saúde, desde 1 de Janeiro de 1999.

9 — Monitora de acções de formação na Escola Nacional de Saúde Pública e no Observatório Português dos Sistemas de Saúde, no âmbito de cursos de especialização em saúde.

Nota curricular de José António Palma e Santos Alves Carpinteiro

1 — Licenciado em Direito pela Universidade Internacional, em 1990; pós-graduado em Estudos Europeus, pela Universidade Católica Portuguesa, em 1992, e em Gestão e Fiscalidade pelo Instituto de Estudos Superiores Financeiros e Fiscais, em 1994. Frequentou o curso de preparação para Candidatos a Revisores Oficiais de Contas em 2000.

2 — Iniciou funções públicas na Inspeção-Geral de Finanças, no quadro da Inspeção dos Serviços Tributários, em 1991, onde desempenhou as funções de inspector de finanças. Entre 1994 e 1995 exerceu funções no Gabinete de Estudos daquela Inspeção-Geral.

3 — Em 1996 foi requisitado pela Direcção-Geral do Tribunal de Contas, tendo, em 1999, transitado para os quadros do corpo especial de fiscalização e controlo desta Direcção-Geral, para a categoria de técnico verificador superior principal. Em 2002 foi nomeado auditor, na sequência de aprovação em concurso externo de ingresso na respectiva carreira.

4 — Auditor-Chefe da DGTC.

5 — Docente nas áreas da Auditoria, Fiscalidade e Administração Pública, conferencista e formador nas áreas do controlo interno, risco e governo das sociedades. Autor e co-autor de publicações na área de auditoria e controlo financeiro.

6 — Estágio profissional no Tribunal de Contas francês, Paris, Setembro de 2001, subordinado ao tema das Concessões de Serviço Público. Estágio no Auditor Geral do Reino Unido, N. A. O. — National Audit Office, Setembro de 2003, na área das metodologias VFM — Value for Money.

Nota curricular de Maria Luísa Rato Bispo

1 — Técnica Verificadora Superior Principal do Departamento de Auditoria VI — Finanças e Saúde da Direcção-Geral do Tribunal de Contas, desde 21 de Fevereiro de 2002.

2 — Licenciada em Auditoria.

3 — Ingressou na Direcção-Geral do Tribunal de Contas, em 16 de Fevereiro de 1981, como Contadora-Verificadora Estagiária desempenhando funções na Contadoria-Geral dos Serviços Administrativos.

4 — De 19 de Maio de 1985 a 27 de Outubro de 1996 exerceu funções técnicas na Contadoria-Geral do Visto.

5 — A partir de 28 de Outubro de 1996 tem desempenhado funções no domínio do controlo sucessivo realizando auditorias a entidades do Ministério da Saúde.

6 — Auditora-Chefe da DGTC, de 2005 a 2007

Nota Curricular de Maria José Sobral Pinto de Sousa

1 — Licenciada em Direito pela Universidade Católica de Lisboa.

2 — Pós-graduada em “Gestão e Controlo de Dinheiros Públicos” pela Universidade Autónoma de Lisboa.

3 — Advogada Estagiária, entre 1990 e 1991.

4 — Técnica Superior Jurista do Instituto de Reinserção Social, entre 1991 e 1993.

5 — Inspectora de Finanças Principal do quadro de pessoal da Inspecção-Geral de Finanças.

6 — Directora do Departamento de Administração Urbanística do Município de Montijo, nomeada em comissão de serviço, entre 2001 e 2003.

7 — Exercício de funções de auditoria na Direcção-Geral do Tribunal de Contas, em regime de requisição, desde Abril de 2003.

8 — Auditora-Chefe na DGTC, desde 2005 a 2007.

9 — Monitora do INA (Instituto Nacional de Administração) das seguintes acções de formação: Controlo Tutelar e Jurisdicional das Autarquias Locais; Regime Jurídico da Contratação Pública; Regime Jurídico da Aquisição de Bens e Serviços; Direito do Urbanismo; Regime Jurídico de Urbanização e Edificação; Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial.

Nota curricular de Maria João Paula Lourenço

1 — Auditora-Chefe da DGTC desde 24 de Junho de 2002, no Departamento de Auditoria VIII/UAT.2 — Sector Empresarial Autárquico.

2 — Subdirectora Geral do Departamento para os Assuntos do Fundo Social Europeu (DAFSE), MTS, de 1 de Fevereiro de 1998 até 23 de Junho de 2002.

3 — Adjunta do Secretário de Estado da Administração Local e do Ordenamento do Território (SEALOT), de 7 de Novembro de 1995 até 31 de Janeiro de 1998.

4 — Coordenadora do Núcleo Administrativo e Financeiro na Inspecção-Geral da Educação desde 20 de Julho de 1995 até 6 de Novembro de 1995.

5 — Chefe de Divisão de Apoio à Gestão Financeira na Direcção de Serviços de Finanças Locais da Direcção-Geral da Administração Local (DGAL), desde Setembro de 1987 até 19 de Julho de 1995.

6 — De 1981 a 1987, técnica superior nos quadros da Secretaria Regional da Administração Pública (SRAP) da Região Autónoma dos Açores e no da ex-DGAL (a partir de 1983), onde detém um lugar no quadro como assessora principal.

7 — Licenciada em Economia pelo Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa (ISEG), em 1980.

8 — Pós-graduação em Integração Europeia pela Universidade Católica Portuguesa, em 1984.

9 — Proficiency Certificate em Inglês pelo British Council.

10 — Membro do grupo de trabalho para a Reformulação da Contabilidade Autárquica, entre 1982 e 1995 e do GT para a Reformulação do Regime das Finanças Locais em 1997/98.

11 — Docente convidada da cadeira de Economia, no curso de Geografia da Faculdade de Letras, da Universidade Clássica de Lisboa nos anos lectivos de 1987 a 1995 e monitora em diversas acções de formação

no âmbito da gestão autárquica e de divulgação do sistema de gestão do FSE para países em fase de pré adesão.

12 — Foi responsável pela execução e ou coordenação de diversas publicações no âmbito das finanças locais, da gestão autárquica e ainda do FSE tendo participado em diversos Seminários Internacionais, nos Comités do FSE e em reuniões de peritos e chefes de Missão do FSE.

Nota curricular de António Manuel Santa Rosa Campos Garcia

1 — Licenciado em Gestão de Empresas.

2 — Foi docente da disciplina de cálculo financeiro na Universidade Autónoma de Lisboa;

3 — Exerceu as funções de auditor no departamento de auditoria interna da empresa aeroportos e navegação aérea;

4 — Responsável pela coordenação das auditorias de gestão às parcerias público privadas, no domínio do sector público empresarial.

5 — Auditor-Chefe da DGTC, de 2005 a 2007.

6 — Docente Responsável pela Disciplina “O Controlo Externo dos Projectos Públicos e das Parcerias Público Privadas, integrada nos Cursos Pós-Graduação em Gestão e Controlo dos Dinheiros Públicos”.

7 — Exerce igualmente as funções de docente e formador no âmbito das parcerias público privadas em diversas instituições.

8 — Autor de diversas publicações no âmbito das parcerias público privadas.

Nota curricular de Rui Manuel Fernandes Rodrigues

1 — Licenciado em Contabilidade e Administração Pública pelo Instituto de Estudos Superiores de Contabilidade (IESC).

2 — Bacharel em Contabilidade e Administração pelo Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa (ISCAL).

3 — Exerceu funções como técnico, na Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa, de 1974 a 1982.

4 — Ingressou na Direcção-Geral do Tribunal de Contas em 1 de Outubro de 1982, onde exerceu funções de Contador-Verificador, no âmbito do controlo sucessivo, até Maio de 1998. Detém, actualmente, a categoria de Técnico Verificador Superior Principal, do Corpo Especial de Fiscalização e Controlo, da Direcção-Geral do Tribunal de Contas.

5 — Em 15 de Maio de 1998, foi designado Coordenador da 16ª Contadoria de Contas. Em Dezembro de 1998, na sequência da reorganização operada nos serviços de fiscalização sucessiva, foi designado Coordenador-Adjunto da área da Administração Central, do Sector de Verificação Interna de Contas. Em 21 de Dezembro de 2000, foi designado responsável (Coordenador-Adjunto) da Unidade de Apoio Técnico da Administração Central, do Departamento de Verificação Interna de Contas (DVIC.1).

6 — Exerce, em comissão de serviço, o cargo de Auditor-Chefe do Departamento de Verificação Interna de Contas, desde Outubro de 2003.

Nota Curricular de Isabel Maria de Fátima Relvas Cacheira

1 — Licenciada em Economia pela Universidade Católica Portuguesa de Lisboa, no ano de 1984.

2 — Auditora-Chefe da DGTC.

3 — Auditora do Corpo Especial de Fiscalização e Controlo do quadro de pessoal da Direcção-Geral do Tribunal de Contas, desde 1 de Dezembro de 1999.

4 — Técnica Superior da Direcção-Geral do Tribunal de Contas desde Setembro de 1990, na área das Autarquias Locais e do Sector Empresarial Autárquico, tendo transitado em Outubro de 2005 para o Sector Público Empresarial.

5 — Técnica superior no Gabinete de Gestão Financeira do Ministério da Educação, no âmbito da gestão económico-financeira do orçamento dos estabelecimentos de ensino não superior.

6 — Membro do grupo de trabalho que elaborou as instruções n.º 1/2001 — Instruções do Tribunal de Contas para a organização e documentação das contas das autarquias locais e entidades equiparadas, abrangidas pelo Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL).

7 — Membro do grupo de trabalho para a preparação do projecto do Manual de Auditoria e de Procedimentos do Tribunal de Contas (2.º Vol.)

8 — Participação na Equipa de Projecto e de Auditoria ao EURO 2004.

9 — Participação na qualidade de formadora em diversas acções de formação sobre a Fiscalização e Prestação de Contas das Autarquias Locais.

Nota curricular de João José Branco Cordeiro de Medeiros

1 — Auditor-Chefe da UAT I (controlo prévio e concomitante) da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas, na vigência do Plano Trienal 2005-2007.

2 — Auditor-Chefe da UAT I (controlo prévio e concomitante) da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas, na vigência do Plano Trienal 2002/2004.

3 — Auditor-Chefe da UAT I (controlo prévio e concomitante) da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas, em regime de substituição, de 17 de Julho de 2000 a 31 de Dezembro de 2001.

4 — Auditor do corpo especial de fiscalização e controlo do quadro de pessoal do Tribunal de Contas (Secção Regional dos Açores).

5 — Técnico Superior do quadro de pessoal da Secretaria Regional da Economia do Governo Regional dos Açores, de 5 de Fevereiro de 1987 até Dezembro de 1999;

6 — Adjunto do Subsecretário Regional da Comunicação Social, de 1 de Dezembro de 1988 a 17 de Abril de 1989.

7 — Secretário-geral da Empresa de Electricidade dos Açores, E.P., de 18 de Abril de 1989 a 26 de Novembro de 1990.

8 — Chefe de Gabinete do Secretário Regional da Economia (de 27 de Novembro de 1990 a 28 de Outubro de 1992).

9 — Chefe de Gabinete do Secretário Regional da Juventude e Recursos Humanos (de 29 de Outubro de 1992 a 15 de Janeiro de 1993) e Chefe de Gabinete do Secretário Regional da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia (de 16 de Janeiro de 1993 a 9 de Novembro de 1996).

10 — Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa, em 1986.

Nota curricular de Jaime Manuel Gamboa de Melo Cabral

1 — Auditor-Chefe da UAT III (Controlo concomitante e sucessivo), da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas, na vigência do Plano Trienal 2005-2007.

2 — Auditor-Chefe da UAT III (Controlo concomitante e sucessivo), da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas, na vigência do Plano Trienal 2002/2004.

3 — Auditor-Chefe da UAT IV (Controlo concomitante e sucessivo), da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas, de 17 de Julho de 2000 a 31 de Dezembro de 2001.

4 — Contador-Chefe da Contadoria da Conta da Região, em regime de substituição, de 4 a 13 de Março de 1997.

5 — Auditor do corpo especial de fiscalização e controlo do quadro de pessoal do Tribunal de Contas (Secção Regional dos Açores).

6 — Director/Delegado Regional do IFADAP— Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas, para a Região Autónoma dos Açores, de 29 de Setembro de 1986 a 30 de Março de 1990, com a categoria de Director, e Assessor do Conselho de administração do mesmo Instituto, de 20 de Dezembro de 1994 a 22 de Novembro de 1995.

7 — Membro do Conselho de administração e Administrador-Delegado do Hospital de Ponta Delgada, de 5 de Abril de 1990 a 20 de Dezembro de 1994.

8 — Vogal da Comissão Instaladora do Hospital do Divino Espírito Santo de Ponta Delgada, de Janeiro de 1992 a Dezembro de 1994.

9 — Chefe do Gabinete de Estudos Económico-Financeiros do Banco Comercial dos Açores e Assessor do Conselho de administração, com a categoria de Técnico Superior grau II, nível 14, entre Janeiro de 1979 e 26 de Setembro de 1986.

10 — Técnico Superior da Direcção-Geral da Marinha do Comércio, de 1 de Janeiro de 1975 a 22 de Janeiro de 1979.

11 — Técnico da CNEPPMC — Comissão Nacional para o Estudo dos Problemas do Pessoal da Marinha do Comércio, da Direcção-Geral do Fomento Marítimo — Ministério da Marinha — de Outubro de 1972 a Dezembro de 1974.

12 — Licenciado em Finanças, em 1976, pelo Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa.

Nota curricular de António Afonso Pereira de Sousa Arruda

1 — Auditor-Chefe da UAT II (controlo concomitante e sucessivo) da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas, na vigência do Plano Trienal 2005-2007.

2 — Coordenador da UAT II (controlo concomitante e sucessivo) da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas, na vigência do Plano Trienal 2002/2004.

3 — Coordenador da UAT II (controlo concomitante e sucessivo) da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas, de 17 de Julho de 2000 a 31 de Dezembro de 2001.

4 — Auditor do corpo especial de fiscalização e controlo do quadro de pessoal do Tribunal de Contas (Secção Regional dos Açores).

5 — Contador-Chefe da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas, de Setembro de 1991 até Julho de 2000.

6 — Técnico superior do quadro de pessoal da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas desde Outubro de 1989.

7 — Licenciado em Organização e Gestão de Empresas pela Universidade dos Açores, em 1989.

Nota curricular de Fernando Maria Morais Fraga

1 — Exerce, desde 17 de Julho de 2000 e até à presente data, em comissão de serviço, as funções de auditor-chefe da unidade orgânica do Serviço de Apoio da Secção Regional da Madeira do Tribunal de Contas incumbida de prestar apoio técnico-operativo às actividades de fiscalização prévia e concomitante da Secção Regional.

2 — Auditor do quadro de pessoal do Serviço de Apoio da Secção Regional da Madeira do Tribunal de Contas.

3 — Licenciado em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

4 — Ingressou na Secção Regional da Madeira do Tribunal de Contas (SRMTC) em Agosto de 1991, com a categoria de técnico superior de 2.ª classe, exercendo funções de controlo nas diversas áreas conexas com as atribuições do Tribunal.

5 — No período compreendido entre 1 de Janeiro de 1996 e 16 de Julho de 2000, esteve nomeado, em comissão de serviço, no cargo de contador-chefe da contadoria que assegurava a verificação preliminar dos processos de visto e a realização de auditorias de fiscalização concomitante aos serviços da Administração Regional e Autarquias da Região Autónoma da Madeira.

6 — Monitor de acções de formação em matérias relacionadas com o direito da contratação pública.

7 — Vogal do Conselho Administrativo da SRMTC, entre 21 de Setembro de 2000 e 31 de Dezembro de 2003.

Nota curricular de Alberto Miguel Faria Pestana

1 — Licenciado em Economia pelo Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa.

2 — Ingressou na Secção Regional da Madeira do Tribunal de Contas, em Fevereiro de 1992, como Técnico Superior.

3 — Assessor em Gabinetes Ministeriais.

4 — De Julho de 2000 a Dezembro de 2001, exerceu, em comissão de serviço, as funções de Auditor-Chefe da Unidade de Apoio Técnico (UAT) III do Serviço de Apoio da Madeira (SAM) do Tribunal de Contas, tendo posteriormente, entre Janeiro de 2002 e Novembro de 2003, prestado serviço, em regime de requisição, no Departamento de Auditoria IV.1 da Direcção-Geral do Tribunal de Contas.

5 — Possui a categoria de Auditor desde Janeiro de 2003, tendo, entre 26 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2004, exercido as funções de Auditor-Chefe da UAT III do SAM do Tribunal de Contas.

Nota Curricular de Maria Susana Ferreira da Silva

1 — Licenciada em Organização e Gestão de Empresas, pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE).

2 — Iniciou funções no Serviço de Apoio da Secção Regional da Madeira do Tribunal de Contas (SRMTC), em 14/02/1992, como estagiária da carreira Técnica Superior, na qual foi promovida, sucessivamente, até técnica superior principal. Em 01/12/1999, transitou desta para a carreira/categoria de Técnico Verificador Superior Principal.

3 — Ao longo daquele período de mais de oito anos, exerceu funções no âmbito do controlo financeiro sucessivo dos fundos e serviços da Administração Central, Regional e Autárquica sediados na RAM.

4 — Em 17/07/2000, foi nomeada Chefe de Divisão do Departamento de Apoio Instrumental da SRMTC (abrangendo as áreas da gestão financeira, da gestão e formação de pessoal, dos sistemas e tecnologias de informação, do arquivo, documentação e informação e da secretaria), onde se manteve até ao presente.

5 — Desde 21/09/2000, exerce, por inerência, funções de vogal do Conselho Administrativo da SRMTC.

6 — Em 08/01/2003, ingressou na carreira de Auditor do corpo especial de fiscalização e controlo do quadro de pessoal da SRMTC.

7 — Auditora-Chefe da SRMTC.

TRIBUNAL DA COMARCA DE BAIÃO

Anúncio n.º 79/2008

Processo: 164/05.7TABAO
Processo Comum (Tribunal Singular)- 386877

A Juíza de Direito Helena Morais Pereira, da Secção Única — Tribunal Judicial de Baião: